



### PMA realiza 1º Fórum Municipal sobre a Participação das Mulheres nos Processos de Desenvolvimento Local

#### DESTAQUES

- Análise do contexto nas áreas de intervenção da Plataforma Mulheres em Acção-----Pág.4
- .....
- O papel das Organizações da Sociedade Civil no desenvolvimento das Comunidades -----Pág.7
- .....
- 1º Fórum Municipal sobre a participação das Mulheres no Processo de Desenvolvimento Local-----Pág. 8
- .....
- Mulheres recebem formação sobre Orçamento municipais na Óptica do Género -----Pág. 10
- .....
- Visita de intercâmbio à Noruega-----Pág.15
- .....
- Tany Narciso reúne com os CACS no Cazenga ----- Pág.16



Este Boletim é financiado pela:



# Espaço de Opinião!...

Caros Leitores, a partir desta Edição surgimos com uma nova rubrica, denominada **Espaço de Opinião**, ela, surge no sentido de transmitir várias opiniões individuais acerca da **Participação das Mulheres nos Processos de Desenvolvimento a nível dos Municípios**. A Repórter A VOZ DA MULHER, recolheu algumas opiniões que passamos na integra:

**E**m relação a este tema tenho a dizer que as mulheres participam activamente em várias acções como: na igreja na comercialização de produtos no mercado formal e informal, na função pública, mas não participam na vida política pública, na divisão de bens sociais do município, não são chamadas para darem o seu contributo na sociedade.

Como líder, comunitária penso que seria necessário a Administração fazer a inclusão da mulher nos Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACs) para que elas possam dar as suas opiniões, e apresentar suas preocupações, no sentido de permitir com que haja maior atenção na definição das necessidades prioritárias assim como a melhoria dos serviços de registos de nascimento, sistemas de distribuição de água e energia, saneamento básico, saúde e educação.

Seria bom também que a Administração preocupar-se com assuntos relacionados com o equilíbrio do género no sentido de facilitar com que homens e mulheres participem no desenvolvimento do município. A participação da mulher no desenvolvimento municipal é negativa porque não lhe é dada a oportunidade de participação, onde cerca de 80% da mulher exercem actividades no mercado informal o que chamamos de zunga.

Desejo que haja melhoria na governação não só no município, mas em todo país: estamos no século XXI onde o cidadão continua a beber água não tratada as crianças continuam a sentar nas latas de leite em salas de aulas, se os pais não comprarem o mesmo leite recolhem nas lixeiras.  
*Maria José Mateus-Rede Mulher do Municipio do Cazenga.*



**N**o que toca a participação da mulher nos processos de Desenvolvimento Local não tem sido a 100% mas gostaria que voltasse a ter sucessos como antigamente onde as mulheres participavam massivamente nas actividades organizadas pela administração municipal e do CIMUK-Conselho de Igrejas do Município do Kilamba Kiaxi.

Nós as mulheres reconhecemos o nosso papel atribuído segundo o livro de Genêses 2:18 (disse, mas o senhor Deus não é bom que o homem esteja só far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idónea), mas o actual contexto diz-nos outra coisa, muitas das vezes temos servido de instrumentos para o alcance do sucesso de muitos enquanto que somos auxiliadoras.

Temos o nosso administrador que devia velar mais pelas necessidades específicas de mulheres como o aumento das capacidades académicas para as mulheres na criação de mais escolas ou centros com programas de alfabetização.

Gostaria que voltasse na visão anterior da união, onde a Administração enviava sempre uma comissão que visitava as Igrejas no sentido de obter informações acerca do seu funcionamento e as necessidades existentes do CIMUK (Conselho de Igrejas do Município do Kilamba Kiaxi) na qualidade de membro do CACS

(Conselho de Auscultação e Concertação Social) levar as preocupações nas discussões no Forum.

O CIMUK na qualidade de Conselho não tem solicitado Relatórios de actividades as Igrejas membro devia incluir no seu plano, actividades com mulheres das Igrejas e não esperar somente quando está previsto um evento nacional como 11 de Novembro o Março Mulher e outras.

As Mulheres da OMA do Município de Kilamba Kiaxi realizam várias actividades, mas deviam incluir nos planos, acções com outras mulheres que não pertencem ao seu partido visto que a designação OMA significa Organização da Mulher Angolana, uma organização ligada ao partido no poder (MPLA).

Não sabemos como vamos qualificar a nossa administração pelo elevado nível de necessidades, sabendo que, está em condições de resolve-los como, a falta de água canalizada a energia eléctrica que continua no vai e vem, mulheres zungueiras violentadas por marginais e agentes da polícia, mulheres, homens, raparigas, crianças e jovens todos os dias tem sido vítimas de atropelamentos por causa de acarretar água distante das suas residências.

O que pretendemos alcançar no futuro devemos preparar no presente, quando no presente um bidon de 20 litros de água custa 50 a 100 Kwanzas o que será de nós no futuro...?

*Dona Nkumba  
Kilamba-Kiaxi - Luanda*

## A voz da Plataforma Mulher em Acção

O actual contexto socio-económico, político cultural e institucional de Angola tem passado por um processo de mudanças acentuadas. O nosso Executivo continua a apostar na reconstrução, no crescimento do desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo. Também continua a envidar esforços no sentido da diversificação da economia e na melhoria dos indicadores sociais.

Contudo, existe ainda uma má distribuição das oportunidades e da riqueza. Em termos de justiça e direitos humanos, o sistema judicial é ainda inacessível a maioria da população e não inspira confiança de imparcialidade e neutralidade. Relativamente ao género, Angola é parte dos maiores Tratados Internacionais que promovem a igualdade entre homens e mulheres, nomeadamente, a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) Resolução 1325, o protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, para melhorar a condição da Mulher foi aprovada a Lei nº 25/11 de 14 de Julho: Lei contra a Violência Doméstica mas ainda assim a sociedade angolana continua a ser patriarcal, o machismo das autoridades tradicionais é uma maneira dos homens conservarem o poder e atraírem para si a inclinação das pessoas, o que dificulta, em muitos casos, a ascensão da Mulher a cargos públicos. Relativamente a sociedade civil angolana, continuam a surgir Grupos e Or-

ganizações ligadas a uma maior participação cívica dos cidadãos, mas apresentam ainda muitas debilidades em termos organizativos, de formação de recursos humanos e de acesso aos recursos financeiros, de um modo geral, a sociedade civil angolana ainda é pouco articulada entre si e no diálogo com o Executivo.

Quanto ao sector da saúde, ainda há uma enorme carência de médicos a nível nacional e os poucos que existem estão concentrados em Luanda, ou seja, muitos deles prestam serviços em diversas Clinicas privadas, deixando assim os hospitais do Estado como o segundo emprego.

Todos estes desafios exigem do Estado e da Sociedade Civil, posicionamentos, sérios, responsáveis e coerentes, que considerem a participação dos cidadãos na definição das suas prioridades, particularizando a participação e engajamento da mulher, a dignidade humana e a justiça social.

Por esta razão a PMA implementa o presente programa com o objectivo geral de contribuir significativamente para estes desafios, através do reforço das capacidades de liderança feminina visando a participação efectiva das mulheres, como uma estratégia de maior inclusão social das cidadãs nos processos de desenvolvimento socio-económico do país, através da influência de políticas públicas na perspectiva do equilíbrio de género, no âmbito da abordagem de discriminação positiva de género. ●



Apoio:

**Ajuda Popular da Noruega & OXFAM NOVIB**

# Análise do contexto nas áreas

**D**esenvolvimento Político - O Governo tem revelado preocupações quanto a melhoria da condição de vida das populações no âmbito do seu Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a Pobreza, as administrações têm sido beneficiadas com recursos financeiros, materiais e humanos, para minimizar as necessidades vividas pelas populações. É importante salientar, a maior abertura e cooperação, que tem estado a haver na relação plurilateral (PMA, MINFAMU a Assembleia Nacional, Direcções Provinciais e Administrações Municipais) e teve o seu ponto alto com a vinda da Presidente do Parlamento de Moçambique ao nosso país e que é um elemento fundamental para a PMA aumentar as suas acções de Lobby e Advocacia.

Por outro lado, é de salientar que neste contexto foi aprovado a Lei Contra a Violência Doméstica na qual a PMA deu o seu contributo com a realização de palestras, debates, mesas redondas, Workshops e Jantares Conferências com membros do Executivo, Parlamentares, Corpo Diplomático e Organizações da Sociedade Civil, divulgação e análise da proposta/ante-projecto de Lei contra a Violência Doméstica e Intra-familiar ao nível das comunidades de Benguela e Luanda e na revisão do código penal Angolano que culminou com a elaboração de um documento formal de contribuição da PMA aos elementos desta última Lei.

Concorreu também para este objectivo, uma marcha de congratulação para a aprovação do Ante-Projecto de Lei contra a Violência Doméstica, que apesar ter sido impedida por razões circunstanciais de mau entendimento por parte das entidades policiais, mas proporcionou um alto nível de advocacia a nível Nacional e Internacional.

PMA - Boletim Informativo



**D**esenvolvimento Económico - Analisando concretamente os elementos de sustento nas áreas de intervenção da PMA, enquanto que em Luanda a base do sustento das famílias, sobretudo aquelas chefiadas por mulheres, é a economia informal.

**Na Lunda-Sul**, a base de sustentabilidade é a agricultura de subsistência migratória, ou seja, a terra em que é feita o cultivo é deixada de pousio para ser usada posteriormente. Também dedicam-se a pesca artesanal, a caça e ao garimpo de diamantes. Em Kakolo, na comuna de Cucumbi, constatámos a existência de um projecto de exploração mineira denominado Satxifunga que também tem contribuído na criação de novos postos de trabalho, assim como, a panificadora industrial designada Minungo II, três pequenas moagens a martelo, e destaca-se a instalação de pontes provisórias sobre os rios Lusse, Mundjuji, Camafuca, por parte das administrações locais como forma

de melhorar a circulação de pessoas e bens.

**Já em Benguela**, as principais actividades produtivas que garantem a subsistência das famílias são: a agricultura, a venda dos produtos colhidos e a criação de gado.

Os produtos comercializados nos mercados das localidades de intervenção, na sua maioria são importados e, por conseguinte, há poucos bens de produção nacional e local no circuito comercial.

Na actividade comercial destaca-se o comércio a grosso, a retalho, o comércio precário, vendedores(as) do sector informal e panificadora. Destaca-se também como uma fonte importante de receitas o turismo, constatámos ainda um incremento de iniciativas privadas de empreendedorismo, que têm contribuído para o crescimento da rede hoteleira mas não é claro que os municípios obtenham receitas dos impostos provenientes destas actividades.

Ainda assim, uma importante percentagem do grupo alvo está

# Medidas de intervenção da PMA



no desemprego e a grande maioria trabalha no sector informal, onde as mulheres são a maior percentagem, pois, o comércio informal é uma importante fonte de rendimentos para as famílias. Dentro do sector formal as empresas privadas são as que mais empregam e depois a seguir as empresas públicas e a administração do Estado.

Porém, ainda existe uma grande desigualdade no acesso a empregos, nos salários mesmo desempenhando iguais funções, no acesso aos recursos, na escolaridade e controlo de grandes meios financeiros de produção, créditos, empréstimos e aquisição de terras.

## Desenvolvimento Social

- Nas províncias de intervenção, os dados do diagnóstico levado a cabo no âmbito do presente programa, demonstra um elevado índice de pobreza. A distribuição de água potável, a drenagem, os esgotos, a recolha de resíduos sólidos ainda é bastante deficiente, por conseguinte, esta insuficiência da qualidade dos ser-

viços básicos põe em causa a saúde pública das famílias locais.

Neste sentido torna-se de grande importância a abertura de centros recreativos e culturais, escolas de formação profissional e outros espaços de ocupação instrutiva dos tempos livres dos jovens, para diminuir o nível de frustração e criminalidade, sobretudo, daqueles que se encontram fora do sistema de ensino e dos que estão dentro do sistema de ensino mas que devido a dificuldades alimentares têm revelado debilidades na aprendizagem, por exemplo, ao nível do município da Ganda, mais concretamente no bairro Mustivi a falta de um chafariz e energia eléctrica revelou ser a principal preocupação dos habitantes, sobretudo das mulheres que são as principais responsáveis por garantir este meio as suas famílias. Para além da falta de oferta de empregos e a subnutrição derivada das dificuldades financeiras, ao passo que, na aldeia de Tchicandula, constatámos altos níveis de pobreza, a escola não tem condições condignas, é uma escola de adobe e não há carteiras, sala de estudos ou biblioteca.

A Administração, no início de cada ano lectivo apenas distribui material escolar aos alunos da pré-iniciação e mesmo assim o material não é suficiente, não sendo por isso extensivo a todas as crianças. Muitas raparigas vão à escola sem motivação para a aprendizagem mas são movidas na esperança de receberem a merenda escolar no fim das aulas, visto que muitos apenas tomam por dia uma refeição em casa.

A situação da mulher agrava-se perante a situação de pobreza e vulnerabilidade em que se encontram a maior parte das famílias. As mulheres precisam de insumos agrícolas para incrementarem a produção, de modo a atenuarem os efeitos da pobreza, elas queixam-se, igual-

mente, da falta de água para as regas em tempo não chuvoso. Outra situação de grande realce ligado a condição da mulher, tem a ver com o fenómeno do casamento precoce por exigência cultural nas aldeias de intervenção, o que põe restrições no desenvolvimento social das adolescentes e jovens.

Durante os encontros com as populações os homens também tiveram momentos de partilha nos grupos focais e apresentaram as suas preocupações sobre os problemas mais relevantes, dos quais: a carência de materiais para a construção das suas casas como chapas de zinco para protegerem-se das chuvas, a falta de sistemas de abastecimento de água, falta de bois para tracção para melhorarem os níveis de produção, falta de carros de mão para o transporte dos produtos do campo para aldeia. Os idosos queixam-se da falta de casas e cobertores para agasalharem-se na época de cacimbo.

Relativamente ao contexto na Província da **Lunda-Sul**, propriamente nas localidades de intervenção (Kakolo e Saurimo), de um modo geral, as mulheres e raparigas, enquadram-se nos três níveis de pobreza: pobreza absoluta, pobreza relativa e pobreza subjectiva. Segundo o grupo alvo, as causas dessa pobreza extrema são, por um lado, o factor guerra que assolou maioritariamente as famílias dessa região de Angola, deixando muitos mutilados, viúvas e órfãos em condições extremamente precárias. foram tomadas algumas medidas para a unificação dos bairros e aldeias, por exemplo, os bairros e aldeias da periferia da comuna de Xassengue, Alto Chicapa e outras aldeias que foram transferidas para a estrada principal para facilitar o escoamento e venda dos seus produtos (carvão, mandioca, cogumelos e outros), pois, muitos populares

## Dossier PMA

deixaram de ter a possibilidade de cultivar por falta de terras. Muitas das mulheres e crianças dedicam-se a queima do carvão, contudo, o negócio do carvão não tem dado compensações em termos de lucros porque não existem meios de transporte suficientes na localidade com capacidade de carga para escoar o carvão para os mercados de outras regiões. Não têm quaisquer animais de criação nem agasalhos para protegerem-se do cacimbo.

A falta de estradas asfaltadas, energia eléctrica, água potável, saneamento básico, habitação, emprego, acesso ao ensino, foram também dos factores apontados que têm estado na base do agravamento da pobreza entre mulheres e raparigas. As mulheres grávidas que vivem distante da sede municipal, na altura do parto têm sido socorridas pelas parteiras tradicionais, com todos os riscos que isto representa para elas e para os bebés. Ainda neste domínio, a taxa de aborto é bastante elevada. As principais doenças predominantes são, essencialmente, a cegueira (devido as fagulhas de carvão), diarreias, sarampo e a malária.

Na **Comuna do Xassengue**, as mulheres e raparigas cultivam grandes quantidades de mandioca, feijão, batata-doce, milho, cogumelos selvagens ginguba. Só não cultivam outros produtos porque as estradas terciárias estão intransitáveis, impossibilitando o transporte e, por conseguinte a comercialização dos produtos cultivados. No âmbito do programa de combate a pobreza do Executivo, foi atribuída uma viatura para cada comuna para o transporte de pessoas e mercadorias. Há dificuldades de comunicação telefónica, pois, não há redes telefónicas. Os estudantes depois de concluírem a 6ª Classe, e no caso onde querem continuar com os estudos terão que se deslocar até Kakolo.

Na **Comuna de Cucumbi**, as condições são as mesmas. As mulheres e raparigas por se encontrarem mais próximas das áreas do garimpo, são influenciadas negativamente pelos garimpeiros, casam-se muito cedo na expectativa de uma vida melhor,



Participantes numa formação realizada pela PMA

porém, os ganhos vindos do garimpo não são investidos, quando esses ganhos acabam, as dificuldades voltam e mais agravadas, porque durante certo tempo viveram um tanto quanto acima das suas reais capacidades.

O hospital dista a 80km, levando os utentes a percorrerem tal distância a pé para terem acesso aos serviços médicos. A estrada está demasiada degradada e o acesso para as viaturas é difícil. A água é imprópria para consumo, os populares e os animais domésticos consomem da mesma fonte. As pessoas tiram a água do rio onde os animais, como porcos e cabritos banham e bebem.

Não há mosquiteiros para se protegerem do paludismo e outras epidemias. Segundo informações colhidas da Administração Comunal constatámos que existem dezasseis parteiras tradicionais e tivemos a ocasião de contactar com as mesmas numa formação. As parteiras têm recebido capacitações técnicas mas mesmo assim tem havido muitos abortos e não se sabe ao certo quais são as causas, por outro lado as mulheres têm complexo de irem ao Centro de Saúde para terem os bebés por serem atendidos por enfermeiros «parteiros» à atendê-las, ou seja, preferem que sejam as mulheres a auxiliarem nas nos partos por questões culturais.

Na **Província de Malanje**, apesar do esforço de construção de escolas, constatámos que a disponibilidade de salas de aulas continua a ser um constrangimento no município de kalandula e nos bairros periféricos do

município sede (Karianga de baixo e Karianga de cima e Toma d'água). São baixas as qualificações do corpo docente, dos 18 professores (8 no município sede e 10 no município de Kalandula) inqueridos que leccionam em escolas primárias, poucas pessoas possuem a 8ª Classe.

Constatamos ainda que existem crianças em idade escolar que se mantêm fora da escola, por abandono precoce e é possível que algumas nem cheguem a ter oportunidade de se matricular na escola. Por outro lado, as infra-estruturas escolares existentes não têm a qualidade desejada, a maioria não possui espaços de lazer ou pátios, não possuem quadras desportivas e necessitam de reabilitação urgente por falta de manutenção periódica, falta de água potável e energia eléctrica, carência de mobiliário adequado, carência de Bibliotecas e laboratórios, escassez de estratégias diversificadas de ensino, não existe um sistema eficaz e dinâmico de superação dos docentes, existem professores a leccionarem em escolas muito distante das suas residências, há falta de transporte e residência para professores que moram em localidades distantes da escola, há falta de incentivos e acções de valorização dos docentes e outros funcionários, por conseguinte, esta insuficiente oferta dos serviços básicos põe em causa a qualidade do ensino e da aprendizagem, incluindo o problema da ausência dos professores nas escolas ao nível das aldeias. ●

Informação geral sobre o programa 2011

# Esforços de sinergias empreendidos com os outros actores

**D**urante o ano de 2011, na PMA foram realizadas várias acções concertadas com outros actores sociais, no quadro das questões do género e direitos humanos. Destacamos as seguintes acções:

ADRA-PMA, Conferência sobre Género e Desenvolvimento Local; formação sobre o Processo de Planificação e Orçamentação na Óptica do Género; PMA-Mãos Livres, Associação Justiça Paz e Democracia - Ajuda Popular da Noruega, Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade do Género, Conferência sobre Direitos Humanos; ADRA-PMA, Formação sobre Associativismo Feminino (Lubango); PMA-DPFAMU (Huíla) Formação sobre Orçamento Geral do Estado na Perspectiva do Género e Liderança; PMA-DPFAMU (Benguela), Formação sobre Associativismo Feminino e Liderança; PMA-PNUD (Malanje), PMA-Embaxada do Reino da Noruega, Visita de intercâmbio a Oslo, PMA-Gender Link, Lançamento do Barómetro da SADC sobre Género e Desenvolvimento. ●



Chefe do Departamento e Estatística da Administração Municipal de Viana e Directora Executiva da PMA

## Parceria com as instituições do Estado

**A**s administrações, de um modo geral, estão muito receptivas às iniciativas da PMA, tal como já anteriormente referido, já reconhecem a importância das Organizações da Sociedade Civil e têm-nas como parceiras. Por isso, as administrações têm cooperado mediante a concessão de audiências, cedência de espaço para a realização de formações dirigidas aos seus quadros administrativos, funcionários públicos e membros da Sociedade Civil. As informações no âmbito dos encontros e formações têm sido de elevada importância para as administrações, na medida em que facilitam a implementação dos seus programas, no âmbito do combate contra a pobreza.

## O Papel das Organizações da Sociedade Civil no Desenvolvimento das Comunidades

**A**s Organizações da Sociedade Civil têm vindo a exercer uma grande influência no desenvolvimento das comunidades, dos grupos étnicos e das localidades. Na Lunda-Sul constatámos a existência de apenas duas Organizações da Sociedade Civil: a UNDESCA e a ASCA, porém, estas Organizações estão inoperantes por falta de financiamento.

**Em Benguela**, temos uma Sociedade Civil estruturada e da qual

destacámos as seguintes: APHA – Associação para o Desenvolvimento do Homem Angolano; OHI – Organização Humanitária Internacional; OMUNGA; TWAJOVOKA, ANAC – Associação dos Naturais e Amigos de Caimbambo, FAPJ, AJS – Associação Juvenil para Solidariedade, ADAMA, APA – Associação dos Professores de Alfabetização, ACPJS, BA – Bismas das Acácias; AT – Associação de Teatro, NRA – Núcleo Representativo das Associa-

ções, ARDSA, MÃOS LIVRES, ADRA, AAMPA, AMMAR.

Durante o levantamento/diagnóstico na Província de Benguela, aproveitou-se a oportunidade para, formalmente, proceder-se a apresentação da PMA ao Governo Provincial, à Administração. A Direcção do MINFAMU do Município sede, ao Município da Ganda, à UTCAH, à AMMAR e aos quadros da ADRA ao nível local, na qualidade de organização membro. ●

## Desenvolvimento

# PMA realiza 1º Fórum Municipal sobre a Participação das Mulheres no processo de Desenvolvimento Local

Decorreu no dia 26 de Outubro de 2011 nas instalações do CEFOJOR-Centro de Formação de Jornalistas, o "1º Fórum Intermunicipal sobre a Participação das Mulheres nos processos de desenvolvimento local", que reuniu mulheres e homens representantes dos municípios de Kilamba-Kiaxi, Viana e Cazenga, numa realização da PMA- Plataforma Mulheres em Acção com o apoio financeiro da-Fundação Open Society.

A actividade congregou num total de aproximadamente 80 participantes dentre os quais membros da PMA, Administrador Municipal de Viana, Cazenga e Kilamba Kiaxi Organizações da Sociedade Civil, entidades Eclesiásticas, Membros das organizações femininas de Viana, Cazenga, Kilamba Kiaxi e pessoas individuais interessadas nas questões ligadas a promoção da mulher.

O Fórum serviu para analisar e assegurar a promoção de um espaço de reflexão e aprendizagem sobre a importância e formas de elaboração de orçamentos locais na perspectiva de género, com vista a influenciar mudanças durante a planificação de orçamentos municipais.

A mesa de presidio esteve composta pelos Sr.º José Manuel Moreno (Administrador Municipal de Viana), Verónica Sapalo (Directora Executiva da PMA), Madalena Lossi (Coordenadora do Projecto).

Foram abordados vários pontos mas com maior realce foram: - *o nível de participação das mulheres nas actividades para o desenvolvimento dos municípios.*

- *Inclusão Social e Desenvolvimento Local.*

- *Orçamentos na perspectiva do Género.*

- *Processo de Elaboração do OGE em Angola.*



Sr.ª Carolina Miranda (Esq.) e Sr.ª Helena Farinha (direita)

A sessão de abertura foi proferida pelo Sr.º José Manuel Moreno, Administrador Municipal de Viana.

Ao proceder o acto de abertura o Administrador Municipal de Viana, defendeu o conjugar dos esforços para se estancar os níveis de desigualdade no género a níveis dos municípios, com vista a permitir uma participação exemplar das mulheres no quadro do desenvolvimento local.

Afirmou ainda dizendo que as mulheres em Viana não são vistas como um mundo fechado sem portas nem janelas, elas têm tido protagonismo uma participação activa no crescimento e desenvolvimento local e como exemplo pretende se constituir a associação de mulheres de negócios do município de Viana.

O Administrador José Manuel Moreno procedeu o acto de abertura e tão logo que terminou a sessão de abertura teve que abandonar a sala por razões alheias, mas, não delegou outra pessoa para o representar durante o dia, nos trabalhos do Fórum.



Participantes do 1º Fórum





# Participação mento Local

Em função da ausência de alguns prelectores convidados, os temas foram apresentados pelas senhoras Helena Farinha, na qualidade de Consultora Independente e a Sra. Verónica Sapalo, Directora Executiva da PMA.

Todos os temas apresentados tiveram enfoque nos processos de planificação de elaboração dos orçamentos participativos de género como forma de ajudar a melhorar a perspectiva de género nos orçamentos gerais e influenciar para uma cultura de género mais esclarecedora.

No final, os participantes agradeceram a iniciativa da PMA pela realização do evento dado a sua natureza e importância na vida sócio económica das mulheres. ●



Conclusões e recomendações

## 1º Fórum Intermunicipal sobre a participação da Mulher no processo de Desenvolvimento

- \* Os participantes começaram por agradecer a PMA pela realização do evento dado a sua natureza e importância na vida sócio económica das mulheres.
- \* Que nos próximos encontros haja a participação de outros actores sociais para aumentar o grau de debates e sensibilizar cada vez mais as próprias mulheres a participarem nas acções sociais.
- \* Que os fóruns sejam realizados nas sedes dos diferentes municípios do projecto.
- \* Que a PMA envide esforços de levar informações até aos bairros distantes no sentido de aumentar a prestação no apoio técnico e metodológico nas comunidades.
- \* Que as organizações de mulheres façam parte dos conselhos de auscultação e concertação social no sentido de contribuírem para a elaboração de orçamentos participativos.
- \* Que os municípios elaborem o seu plano de necessidades e remetam as administrações locais.
- \* Que os orçamentos municipais sejam publicitados à nível dos municípios para facilitar a monitoria dos mesmos por parte dos municípios.
- \* Divulgação dos temas abordados nos Conselhos de Auscultação e Concertação Social.
- \* Que os administradores municipais participem ou se façam representar nos espaços de interacção com a sociedade civil como no caso dos Fóruns municipais promovidos pelas ONG,s.

## Resultados dos Diagnóstico sobre a Condição Socio-económica das Mulheres no Kilamba-Kiaxi, Viana e Cazenga

1. Criação de serviços móveis para o registo civil das populações residentes nas localidades de Viana, Cazenga e Kilamba Kiaxi;
2. Melhoria e reforço dos serviços de saúde, principalmente os vocacionados para o atendimento às crianças e mulheres grávidas;
3. Criação e reabilitação das infra-estruturas (escolas com casas de banho separadas para meninas e meninos) do saneamento básico, nomeadamente, a reabertura de valas de drenagem, terraplanagem e nivelamento das estradas;
4. Criação de mecanismos que garantam o acesso à água aos municípios;
5. Criação de turmas integradas, nas escolas dos municípios, para a inclusão de crianças com deficiência, bem como, a melhoria de meios que facilitem a locomoção dos deficientes nas escolas
6. Efectivação das políticas de interacção entre os municípios e as



administrações, designadamente o funcionamento regular dos CACS e a regularização na realização dos fóruns municipais;

7. Promoção de Centros de Alfabetização, com políticas flexíveis ao atendimento de mulheres que trabalham no sector informal;

8. Melhorias das condições de trabalho das mulheres no sector informal;

9. Criação de centros de aconselhamentos para saúde sexual e reprodutiva para adolescentes e jovens;

10. Promover os serviços sociais qualificados para jovens proporcionando o seu enquadramento no sector formal. ●

# Desenvolvimento

Formação

## Mulheres recebem formação sobre orçamentos municipais na Óptica do Género



Participantes na formação sobre Orçamento Municipal na Óptica do Género

Foram realizadas duas sessões de formação para mulheres activistas sobre Orçamentos municipais na óptica do género nos meses de Setembro e Outubro de 2011, a primeira teve lugar no município de Kilamba Kiayi na sala de formação da Igreja Kimbaguista que contou com a participação de 52 mulheres das organizações femininas da sociedade civil, igrejas, OMA e ODAs.

A segunda fase teve lugar do Cazenga CEFOCA - Centro de Formação das Igrejas Cristãs em Angola, e contou com a participação de mulheres de 48 mulheres das organizações femininas dos municípios de Cazenga (Rede Mulher do Cazenga, mulheres das igrejas, organizações da sociedade civil, organizações femininas das igrejas, AMPA-Associação da Mulher Policia e uma rede de Organizações femininas do município do Sambizanga que interessaram-se em fazer parte da PMA. Num total de 100 mulheres formadas das 105 previstas no projecto.

### Principais temas abordados:

*Planificação e preparação do orçamento;*

*- Análise da ferramenta de Género*

*- Análise orçamental sensível ao género;*

*- Fases da elaboração do OGE em Angola;*

*- Foram administrados conhecimentos na base da orçamentação na óptica do género.*

A metodologia participativa utilizada na formação facilitou o aumento da auto-estima das mulheres que permitiu a sua maior participação e envolvimento ao mesmo tempo, despertando nelas o interesse de participar eliminando alguns estereótipos do género.

Abordou-se ainda questões ligadas análise de relações de género num sector específico; desenvolvimento de políticas sensíveis ao género e a sua tradução em alocações orçamentais; exame do impacto dos rendimentos específicos sobre as relações do género; Desenvolvimento de uma política de rendimento sensível ao género e sua implementação, bem como, a realização de um trabalho de grupo análise da ferramenta de Harvard que visa identificar na sociedade as questões de acesso e controle dos recursos.

**Em termos de resultados e impactos desta actividade destaca-se:**

*Permitiu reforçar o conhecimento dos participantes sobre a importância do género nos processos de desenvolvimento local;*

*- Aumento da auto estima das mulheres;*

*- Emponderamento da mulher ou seja causou maior habilidade em termos de intervenção nas suas acções quer na família como na sociedade em geral;*

*- Criou um espírito de maior responsabilidade na verificação das questões ligadas ao género nos seus municípios.*

### Dificuldades encontradas:

1. Houve dificuldades em algumas matérias aqui apresentadas sobre Orçamentação na Óptica do Género por parte de algumas mulheres participantes, por falta de conhecimento do tema;

2. Medo e timidez na defesa dos seus direitos, e pelo facto de existir ainda a nível do município muitos estereótipos de género, ou seja, muita discriminação em termos de percepção do próprio Género como ferramenta de análise. As mulheres não falam das suas preocupações por serem simples funcionárias publicas convidadas a participarem estando num encontro conjunto com os seus superiores hierárquicos, no sentido de não constituir um motivo para o seu despedimento; timidez porque a nível dos 3 municípios as mulheres ainda não têm muitas oportunidades nos cargos de destaque e muitas não são promovidas.

3. De igual modo, algumas mulheres que encontram-se em cargos de decisão também precisam de um reforço das suas capacidades em matérias ligadas ao género no sentido de permitir a sua intervenção e análise das questões que lhes diz respeito permitindo assim influenciar a abordagem nas políticas legislativas e publicas. ●

## Realização de debates radiofónicos

De acordo com dados fornecido pelo projecto foram realizados debates radiofónicos durante o ano conforme o quadro nos indica.

### Temas

- Situação do CACS no Cazenga.
- Situação, funcionamento dos CACS no Kilamba Kiaxi e Viana;
- Divulgação do Fórum Intermunicipal Análise do OGE 201;
- Desenvolvimento Local Participativo;
- Lei 17/10- lei das administrações e funcionamentos dos órgãos locais do Estado.

### Resultados

- Permitiu um esclarecimento da actual situação dos CACS nos municípios de intervenção do projecto e em Luanda no geral;
- Permitiu a divulgação da Lei quadro do OGE participativo e a importancia da elaboração de orçamentos participativos na perspectiva do género;
- Lobby e advocacia junto das administrações Locais;
- Divulgação do projecto e seus objectivos através dos mídias RNA, Rádio Ecclésia, Angop e Rádio Luanda;
- Maior participação dos munícipes durante a realização dos debates em directo.
- Apresentação de críticas e sugestões para melhoria da qualidade orçamental nos municípios de intervenção do projecto (foi sugerido aos administradores que prestassem mais atenção as pessoas porque tem-se verificado que na maior atenção das necessidades orçamentais nos municípios tem sido na construção de infraestruras) e não nas necessidades prioritarias dos munícipes. ●



Membros do CACS do Município do K. Kiaxi no Debate sobre o seu funcionamento



## Assuntos climatéricos e ambientais

**D**e acordo com os dados da Carta Fitogeográfica de Angola, antes de 1980 o país possuía, aproximadamente 53 milhões de hectares de florestas naturais, o que correspondia 43.3% da superfície territorial do país. Desse total, 2% correspondem a florestas densas húmidas, 65,2% corresponde a florestas abertas ou de “miombo” e mosaico de florestas secas e savanas, e o remanescente formado por estepes, terras húmidas, formações herbáceas semi-desérticas e desérticas.

A realidade actual estima que esta cobertura florestal natural e plantada reduziu drasticamente ao longo dos anos, devido a factores naturais e, sobretudo, humanos ligados aos assentamentos precários, a excessiva produção e consumo de lenha e carvão, práticas tradicionais e insustentáveis de agricultura itinerante sempre acompanhadas de queimadas, além da exploração ilegal da madeira.

Grande parte das queimadas e incêndios florestais nas áreas de intervenção do programa (Benguela, Lunda-Sul, kuanza-Sul, Malanje e Huíla) resultam das práticas tradicionais de agricultura itinerante, assentamentos humanos precários, produção ilegal de lenha e carvão.

Nesta abordagem tem sido importante, as reflexões junto da ADRA, que têm o ambiente como uma das componentes principais de trabalho. Por exemplo, a queima de carvão praticada por várias mulheres no Município de Kakolo na província da Lunda-Sul, tem fortes implicações nas questões ambientais, sobretudo devido ao derrubamento de árvores, mas ao mesmo tempo, é a fonte de sobrevivência daquelas famílias, para além de que nesta localidade e outras não há fornecimento do gás butano (gás de cozinha), estando por isso a ser analisado internamente como fortalecer o trabalho que já está a ser feito pela ADRA, enquanto Organização membro, no domínio do repovoamento florestal e das formações sobre cuidados ambientais, nas quais se estimula o uso do adubo orgânico ou composto orgânico, feito a base de produtos agrícolas degradados.

As quedas pluviométricas intensivas, sobretudo na Lunda-Sul, durante o ano de 2011 provocou degradações profundas das vias de acesso que ligam os municípios sedes as localidades, causando transtornos a implementação do programa porque impossibilitava a mobilização do grupo alvo das formações. ●

## Arrancou no bairro Capalanga em Viana



A actividade foi realizada numa das salas de reuniões do Comité de Acção do MPLA e contou com a participação de várias individualidades da Sociedade Civil e da Administração de Viana, nomeadamente: Chefe do Departamento de Planeamento e Estatística da Administração Municipal; Presidente da Comissão de moradores do bairro Capalanga; Membros das Associações Femininas locais (ODAS - Organização para o Desenvolvimento das Áreas) e LIMEV- Liga das Mulheres Empresarias de Viana e representantes do CACS.

Os principais temas abordados foram:

- *Planificação e preparação do OGE na perspectiva do género;*
- *Análise da ferramenta de Harvard;*
- *Importância da Participação das mulheres em todas as fases da elaboração do processo Orçamental local.*

Durante a formação a facilitadora utilizou a metodologia participativa com base em exercícios práticos que permitiu avaliar os nossos orçamentos se são ou não elaborados na perspectiva do género, onde cada participante em função dos conteúdos apresentados com os factos reais da sua vivência, e a forma como as administrações elaboram e definem as prioridades nos orçamentos municipais.

Do ponto de vista da participação

cidadã, quer do (decreto Lei nº 2/07 de 3 de Janeiro) sobre a descentralização e desconcentração administrativa como na actual (Lei 17/10- Lei do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado) prevêem o direito a participação do cidadão nos processos para o desenvolvimento local. A criação dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social em vários níveis (Provincial, Municipal e Comunal), enquanto órgãos de apoio, deve garantir a inclusão das necessidades locais nos orçamentos locais. Porque razão se continua a insistir na importância de participação colectiva?

As abordagens sobre o desenvolvimento local é o processo de ampliação de capacidades que permite facilitar a participação do cidadão nos processos de desenvolvimento local sustentável e de igual modo a terem opções de escolha de prioridades, fazendo melhor escolha relativamente aos factores materiais sociais culturais e outros.

O fraco apoio das administrações locais às iniciativas locais. A fraca parceria existente entre as empresas locais.

É ponto assente que a Lei 17/10 (Lei do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado) abre a possibilidade dos cidadãos participarem e têm sido envidados esforços nesse sentido, porém o facto de a lei estabelecer

quem participa coloca à margem do processo de tomada de decisão um considerável número de cidadãos.

Tanto nos CACS como nos Fóruns Municipais a participação das mulheres é incipiente, quer em termos de representatividade como em termos de qualidade da sua participação. Factores culturais, divisão do trabalho na família, conciliação das actividades laborais, falta de conhecimento sobre a importância da sua participação.

O analfabetismo, o acesso a informação e tecnologias, recursos e o acesso aos serviços públicos (água, energia, saúde e educação) são alguns aspectos identificados que impedem a participação das mulheres nas acções para o desenvolvimento local.

**Impacto** - Em termos de resultados e impactos desta actividade destacam-se:

- *Permitiu aos participantes identificarem as insuficiências existentes nos orçamentos em Angola e em particular nos município de Kilamba Kiáxi Viana e Cazenga respectivamente;*

- *Permitiu reforçar o conhecimento dos membros do CACS sobre a importância da sua participação nos planos de desenvolvimento local, tendo em conta os desafios que o contexto do país lhes impõe salvaguardando a perspectiva do género;*

- *Permitiu ter uma visão em termos da consequência da não elaboração de orçamentos participativos, contribuindo assim para que haja um grande índice de desigualdade social;*

- *Permitiu fazer a ligação entre a Administração e os Membros dos CACS e outras organizações presentes e de certa forma facilitou o processo de transmissão de conhecimentos acerca da melhor forma de participação nos processos de desenvolvimento local.*

**Dificuldades encontradas** - Pouco conhecimento por parte de alguns participantes em matérias ligadas ao processo de planificação orçamental;

- *Pouco acesso a informação sobre a gestão dos orçamentos locais por parte das administrações.* ●

## Conferência Regional sobre os 16 dias de Activismo Contra a Violência Doméstica

Realizou-se no dia 12 de Dezembro de 2011, na sala de conferências da União dos Escritores Angolanos, a conferência Regional sobre os Dezasseis dias de Activismo contra a Violência no Género.

Tomaram parte do encontro, membros da Plataforma nas províncias de Luanda, Huíla, Kwanza-Sul, Lunda-sul e Benguela, bem como, representantes de organizações parceiras e instituições públicas.

A Conferência teve como objectivos promover um espaço de debate, reflexão e aprendizagem para incentivar as organizações, instituições e comunidades no conhecimento das leis que protegem a mulher e promovem a igualdade de género;

Dos temas e conteúdos discutidos durante o encontro os participantes e as participantes destacaram as seguintes conclusões e recomendações:

### Conclusões

1. Os processos de reconstrução nacional em Angola, devem ter em conta a importância da participação da mulher e escutar a sua voz na manutenção da paz, já que ela assumiu um papel extremamente relevante durante os conflitos armados, no cuidado e educação dos filhos, cuidados dos doentes e até transporte de armamento e apoio as tropas em combate;

2. Destacaram ainda a necessidade das organizações da sociedade civil terem um papel importante na monitoria e apoio as instituições do Estado na implementação dos compromissos assumidos nos protocolos e convenções internacionais, tendo em conta dentre outros aspectos o rigor e transparência na Gestão dos fundos para a promoção de maior igualdade de género em Angola;

3. O tema de análise sobre a Convenção contra Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres destacou que o mesmo se configura como um instrumento internacional de grande força política e jurídica e um indicador de que Angola está a avançar no domínio do reforço da legislação internacional para a promoção da igualdade de género, como um factor chave para o desenvolvimento, mas sublinhou também que o seu nível de implementação ainda não é satisfatório, havendo diferentes desafios, dentre os quais se destacam:

4. A situação de subalternização e insegurança social da mulher do sector informal, nomeadamente zungeiras e vendedora dos mercados,

5. As desigualdades de género no campo do emprego formal, acesso ao mercado de trabalho e salário desigual para trabalho igual;

6. O facto da maior parte das mulheres da periferia e do meio rural não terem documentos de identidade, nomeadamente o BI, o que constitui uma grave violação aos seus Direitos Humanos e uma barreira no acesso aos serviços, particularmente ao crédito e ao emprego formal;

7. As reflexões em torno do tema sobre as causas da violência doméstica e intra-familiar baseada no género, destacou como causas principais a pobreza, o alcoolismo, o analfabetismo e as desigualdades nas relações de poder homem – mulher e mulher – mulher;

8. Destacou ainda causas ligadas as crenças culturais tradicionais, das quais se ressalta a crença e

prática da feitiçaria;

9. Ainda neste domínio concluiu-se que a violência doméstica e intra-familiar encerra um problema multidimensional com incidência sobre os diferentes membros da família dos quais se destacam as mulheres, crianças e idosos. Contudo, a violência contra a mulher possui características profundas e específicas, cujas demandas exigem dos diferentes actores sociais e activistas de género, uma acção igualmente concreta e específica;

### Recomendações

Assim, no domínio da intervenção das organizações membros da Plataforma Mulheres em Acção, das organizações da sociedade civil e Instituições do Estado que trabalham na promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos e nos direitos humanos das mulheres em particular, recomendam-se:

1 - Reforçar a luta pela edificação de um movimento cívico e social mais forte que inclui a promoção de redes sociais de grande dinamismo para a defesa dos direitos humanos das mulheres e promoção de maior igualdade de género;

2 - As organizações membros da PMA e demais Organizações pró-género, deverão ampliar o seu conhecimento e domínio sobre a legislação nacional de igualdade de género e convenções internacionais ratificadas pelo Estado angolano para advogar e lutar contra toda a discriminação baseada no género, promovendo uma influência pública intensa para a criação das condições que efectivem a aplicação da Lei contra a violência doméstica em particular, servindo-se para o efeito da comissão interministerial e de outros mecanismos de coordenação já existentes;

3 - Difundir uma estratégia dinâmica e lobbies e advocacia para a igualdade de género em Angola;

4 - Identificar mecanismos para monitorar o grau de implementação das convenções e protocolos internacionais ratificados pelo estado, servindo-se dentre outras ferramentas, dos relatórios elaborados pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, órgão de tutela;

5 - Desenvolver um mecanismo de influência ao nível dos partidos políticos, no sentido de que as listas de candidatos a serem apresentados para as eleições de 2012, possam observar o princípio do método zebra – uma mulher, um homem;

6 - Influenciar para que o Ministério da Educação inclua nos currícula escolares os conteúdos das leis e convenções internacionais voltadas para a discriminação de género, no sentido de mudar a consciência e atitude dos estudantes desde tenra idade.



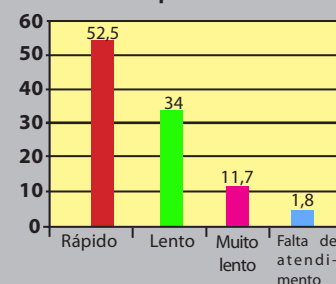
## Aumenta dia após dia

A existência de pediatria nos centros estatais com 81,7 % contra 70,7 % nos centros privados. No atendimento nos postos médicos, os dados indicam em termo percentual que é mais rápido no privado ( 66,7 %) do que no Estado 11,7 % e geralmente lento 52,5 % e as vezes não atendem 1,8 % de casos.

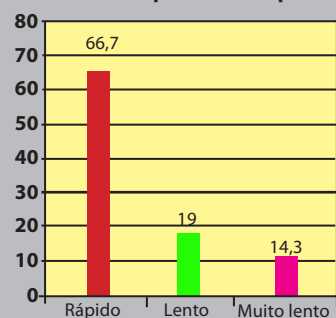
A lentidão caracterizada nos centros público no atendimento gerou o fenómeno «gasosa», palavra na cultura angolana que refere-se a corrupção, os doentes são influenciados em 67,7 %. Funcionários básicos de saúde com salário mensal baixo tornaram essa prática como é o conhecimento de todos : fonte de sobrevivência.

Em termos de aquisição de medicamentos, a população inquerida recorre as farmácias privadas (78,3 %) em detrimento da farmácia do hospital (49,3 %) muitas vezes não existentes; e vão comprar remédios no mercado (59,1 %) na zunga (31,8 %) e 9,1 % nos lugares não declarados.

### Atendimento nos posto médico estatal



### Atendimento nos posto médico privado



Fonte: Relatório sobre a condição socio-económicas das mulheres e raparigas

# Visita de intercâmbio à Noruega

**D**ecorreu de 5 à 12 de Setembro de 2011, uma visita de intercâmbio na cidade de Oslo, capital da Noruega, no qual foram envolvidos os parceiros da Ajuda Popular da Noruega em Angola e outros actores sociais de interesse, no âmbito do programa integrado de liderança feminina e influência pública, o qual visa contribuir significativamente para o reforço das capacidades de liderança feminina de grupos e organizações de mulheres, para a participação efectiva das mulheres nos processos de desenvolvimento socio-económico do país, através da influência de políticas públicas na perspectiva do equilíbrio de género.

Dentre outros objectivos específicos, o programa prevê a promoção do reforço de capacidades das (mulheres e homens) parlamentares de todas as Comissões Parlamentares e membros do Executivo dos sectores de Educação, Saúde e Agricultura, bem como nas unidades orçamentais (administrações locais) na abordagem da integração de género no OGE e nas políticas públicas.

A PMA utiliza os mecanismos jurídicos e legais de protecção e defesa dos direitos da mulher com realce para as Leis de violência doméstica, a Lei de terras, o protocolo da SADC sobre género, a Convenção sobre todas as formas de discriminação contra a mulher CEDAW, a resolução 1325, sendo que, este objectivo, do ponto de vista operacional, busca fundamentalmente quatro resultados que se destacam:

*O intercâmbio decorreu no âmbito das Eleições Autárquicas, realizadas naquele país a 12 de Setembro último. A*

*equipa de Angola esteve composta por 12 representantes de diferentes organizações do Estado e da Sociedade Civil angolana, designadamente: três Deputadas, duas do Partido no Poder – MPLA e uma deputada da oposição – UNITA, uma representante da Rede Juvenil para Cidadania e Participação, uma representante da Associação Justiça Paz e Democracia, duas representantes do Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género, uma representante do Grupo de Liderança Feminina, uma representante do Governo Provincial do Kwanza-sul, uma representante do MINFAMU – Directora Nacional para os Direitos da Mulher, uma representante da APN-Angola e uma representante da Plataforma Mulheres em Acção, organização que esteve na coordenação da actividade.*

O intercâmbio teve como objectivo a partilha de experiência entre as delegações dos dois países no âmbito do trabalho ligado as eleições. A ideia foi a de promover uma aprendizagem da equipa de Angola, sobre o exercício de eleições dentro dos padrões da democracia e ver sobretudo, a acção e protagonismo das mulheres no domínio do "Woman Can Do It" – as mulheres podem fazê-lo.

Durante o intercâmbio foram realizadas visitas/encontros às diferentes instituições e organizações, designadamente:

Escritórios da APN, Parlamento, Câmara Municipal, Secretariado do Centro de Crises, Provedoria de Justiça para as questões de Género, Sede do Partido Trabalhista, Centro de Crises, União Sindical, Escritórios da NORAD, Acompanhamento da Campanha Eleitoral,

Acompanhamento do Escrutínio, Visita guiada ao Parque Nacional, Visita guiada ao Museu Nacional.

### **Constatações:**

- A Noruega é um País bastante desenvolvido, onde os direitos humanos em geral, estão bem salvaguardados, em particular os da mulher em todas as suas vertentes;

- A APN é uma grande organização dentro da Noruega que conseguiu influenciar com o seu trabalho, que muitas organizações aderissem ao programa as Mulheres podem Fazê-lo, com esse programa, várias instituições do Estado, privadas ou políticas, observam o equilíbrio de género;

- Foi possível perceber que, em todas as instituições por nós visitadas, mostraram a satisfação por terem passado pelo programa as Mulheres podem Fazê-lo e exercitam na prática;

- Este programa incentivou a que os Partidos Políticos incluíssem nas suas listas o sistema de zebra, um homem, duas mulheres...;

- Existem altos padrões de Democracia interna e ao nível das organizações e instituições;

- A questão dos direitos humanos está patente em qualquer instituição;

- A criação dos centros de crise para o atendimento às mulheres vítimas de violência, o apoio que lhes é prestado e o acompanhamento até a sua reinserção na sociedade, é um dos factores mais relevantes da defesa dos Direitos Humanos da Mulher;

- O rigor das eleições, a transparência e quase impossibilidade de fraude eleitoral, é outro dos factores mais relevantes;

- Possuem uma União Sindical bastante forte e com objectivos bem definidos.

- É um grande exemplo a seguir para que várias políticas sejam revistas e implementadas no nosso País.

- As experiências obtidas foram relevantes para a equipa de Angola, tendo sido a base para a identificação de caminhos e solucionar que visem amenizar problemas e necessidades internas, sobretudo no que tange aos Direitos Humanos das mulheres. ●



Participantes do intercâmbio em Oslo Capital da Noruega

# Reportagem da Mulher



## A fechar...

Tany Narciso, Administrador Municipal do Cazenga

# Reúne com os CACS

**T**eve lugar no dia 09 de Dezembro de 2011 a realização de uma reunião ordinária do CACS que na qual a PMA, a convite da Administração Municipal, esteve presente, igualmente outras instituições e individualidades, nomeadamente representantes da Polícia Nacional, Saúde, Educação, Saneamento e representantes das Comunas, Sobas, entidades reconhecidas pelos municípios, media e algumas Organizações da Sociedade Civil.

O sr. Tany Narciso, Administrador Municipal ao fazer a abertura do encontro endereçou as boas vindas aos participantes.

Agradeceu a sua recondução para mais um mandato e pela confiança que lhe fora conferida pelos membros. Informou também que as propostas do OGE 2012 já foram apresentadas ao MAT (Ministério da Administração do Território) não se sabe ainda se as fronteiras com outros municípios continuarão sendo as mesmas.

A nova sede da Administração municipal do Cazenga será no Tala-Hady. Os desafios são maiores e a sensibilização será uma grande arma para o desenvolvimento sustentável do Município. No Cazenga contará nos próximos meses com um Palácio Municipal e a criação de novas estruturas em todas as comunas.

**No Programa de Combate a Pobreza** - a nível do município do Cazenga serão prioridades os serviços primários de Saúde, nas unidades sanitárias, jardins, limpeza, Apetrechamento e aquisição de novos equipamentos.

**Sector da Saúde** - O Dr. Zola Director Municipal de Saúde do Cazenga ao intervir sobre o estado de saúde do



Sr. Tany Narciso Administrador Municipal do Cazenga

município, afirmou, que o orçamento apresentado e aprovado destinou-se em grande parte a compra de material e equipamentos de limpeza e gastável. A falta de reabastecimento aos hospitais em tempo oportuno, obriga os pacientes a comprarem luvas e alguns medicamentos fora dos hospitais constituindo assim um risco para a vida humana.

Os equipamentos microscópicos são poucos e susceptíveis aos danos. Foram compradas camas e kits para partos, foram realizados 5 campanhas de vacinação, que consumiu grande parte do orçamento.

Os grandes transtornos surgem na compra do combustível que não tem sido incluso nos orçamentos anuais, a energia é uma das condições básicas do nosso trabalho.

A falta de energia obriga-nos a compras traduzidas em despesas não cabimentadas, e ao longo deste semestre não foi feita nenhuma distribuição de mosquiteiros.

**No ramo da Educação** - A Dr.ª Isabel representante desta área, disse que, 25% do orçamento foi utilizado na compra de materiais consumíveis nomeadamente (Giz, papel, material de limpeza), reparação de fossas das escolas e Seminários sobre alfabetização. Os municípios manifestaram a necessidade de haver autocarros intermunicipais e comunais para facilitar o transporte. O Administrador mostrou-se desapontado pelo facto de existirem bolsas de estudo no qual foram inscritos 100 candidatos e apenas 5 foram seleccionados, lamentou o Administrador.

## Ficha Técnica

### Equipa responsável:

PMA-Angola

### Direcção Executiva:

Verónica Sapalo

### Recolha de informação:

Madalena Lossi, Ana Calombe,

Rui Mulende

e Balbina Martins

### Revisão:

Verónica Sapalo e Madalena Lossi

### Distribuição:

Luís Vogado

e António Rogério

### Impressão:

PMA

### Tiragem:

5.000

### Paginação & Designer:

Sebastião Miguel

Sebastião@domingos80@hotmail.com

### SEDE:

Bairro Prenda, Lote 2

1º Andar, Aptº nº 4, Rua Sertanejo

Município da Maianga

### Telefones:

(+244) 926 544 477

(+244) 923 73 09 27

### E-mail:

pma.angola@hotmail.com

verosapalo@yahoo.com.br

lossiangola@gmail.com

**LUANDA - ANGOLA**